

SOCIOLOGIA DOS DESASTRES

Construção, interfaces e
perspectivas no Brasil

Volume II



Norma Valencio
(org)



RiMa

© 2010 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Desenho da capa: Arthur Valencio, baseado em gravura de Hans Sebald Beham (1500-1550), Hercules capturing Cerberus (1545).

S681s	Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil – volume II /organizado por Norma Valencio– São Carlos : RiMa Editora, 2010.
	248 p. il.
	ISBN – 978-85-7656-188-0
	1. Sociologia dos desastres. 2. Vulnerabilidade. 3. Defesa civil. 4. Mudanças climáticas. I. Autor. II. Título.
	CDD – 303.4

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

www.rimaeditora.com.br

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 3372-3238

A CONTINUIDADE DO DESASTRE E SUAS
DESTERRITORIALIZAÇÕES MÚLTIPLAS:
O CASO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ/RS¹

VICTOR MARCHEZINI
MARIANA SIENA

INTRODUÇÃO

A cada novo desastre relacionado às chuvas, enfatiza-se circunstancialmente o detalhamento de alguns fatores de ameaça, tais como os eventos de precipitações extremas, os riscos de deslizamentos, as inundações etc. Pouca atenção tem sido dada à análise estrutural das dimensões socioeconômicas das vulnerabilidades dos afetados, sobretudo no que se refere à perspectiva de demanda pelas ações de assistência social e defesa civil (VALENCIO et al., 2006), desde o aspecto de prevenção até o de resposta e recuperação quando da ocorrência do desastre².

Em outras palavras, reforça-se a questão pelo lado da potencialização da ameaça natural (“foi uma chuva atípica”, “choveu em um dia o que era previsto para todo o mês”), dotando-a de poder sobrenatural (DOMBROWSKY, 1998), capaz de punir, destruir e matar, isto é, a natureza passa a ser responsabilizada pela ocorrência dos danos: “são as chuvas que destroem casas”, “são as chuvas que matam e deixam desabrigados”. Nessa vertente, os desastres são nominados como de causa natural e não se problematiza a vulnerabilidade, tornando o sujeito desprovido de autoridade para qualquer tipo de reivindicação, já que o desastre é “algo não controlável” por conta de sua “origem natural”, sempre tido como uma “fatalidade”.

-
1. Apoio CNPq e FAPESP. Uma versão preliminar deste capítulo foi publicada no livro “Processos de territorialização e identidades sociais”.
 2. No debate sociológico contemporâneo, não há consenso acerca do que o termo desastre designa para as várias partes constituintes de uma dada sociedade. Contudo, uma definição que tem obtido êxito é aquela que compreende o desastre como a articulação dos prejuízos materiais, morais, físicos e emocionais, propiciando à sociedade interrogar-se a si mesma, “em seus meios e propósitos, tanto por aquilo que (não) se fez antes (a prevenção e a precaução), como naquilo que (não) se faz durante (a gestão da crise) ou depois (as transformações necessárias)” (LIEBER & ROMANO-LIEBER, 2005, p. 71).

Dentro dessa temática, os subsídios que a Sociologia tem fornecido à mitigação dos desastres nos municípios brasileiros enfoca-os pela perspectiva da vulnerabilidade social e não apenas pela valorização dos fatores de ameaça. Isto é, os desastres não são naturais: a ameaça natural passa a ser compreendida não como causa do desastre, mas como prenúncio de uma crise e de determinados comportamentos relacionados ao contexto social (QUARANTELLI, 1998). Assim, a natureza dos desastres passa a ser buscada na organização social, compreendendo-os como um *processo* ligado à vulnerabilidade social; suas causas devem ser explicadas como problemas estruturais, devendo ser contextualizadas. Nesse sentido, no caso brasileiro, um contexto sócio-histórico das mais absolutas e estruturais desigualdades que se refletem territorialmente é uma das variáveis de análise que são consideradas.

A partir da análise dos impactos sociais ocorridos num desastre – tomando por foco o caso dos desabrigados do município de São Sebastião do Caí, RS –, o objetivo principal deste capítulo é refletir se realmente a desterritorialização é um “mito” ou se é um processo contínuo, invisibilizado e de múltiplas dimensões.

1. VIVÊNCIA CONTEMPORÂNEA EM MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS

Para Haesbaert (2002a), ao se analisar a história da concepção de território, identificam-se duas grandes vertentes interpretativas que tradicionalmente se opuseram: uma concepção “naturalista” do território, que o compreende a partir de um sentido físico, como inerente ao homem; e, uma concepção etnocêntrica do território, tomando-o como uma construção puramente humana que prescinde de uma base natural, ou seja, que nega a relação sociedade-natureza. Saquet (2007) aponta que, desde a década de 1950, novas definições do conceito de território emergiram, sintetizadas em quatro tendências: a) uma eminentemente econômica, que entende o território a partir de relações de produção; b) outra, pautada na dimensão geopolítica do território; c) a que enfatiza as dinâmicas político-culturais e simbólico-identitárias; e d) por fim, uma abordagem que, a partir dos anos 1990, dirige-se às discussões sobre sustentabilidade ambiental e desenvolvimento local. Segundo o autor, apesar das especificidades de cada abordagem, há um aspecto comum entre elas: superar o caráter meramente descritivo, classificatório e acrítico, para utilizar “abordagens relacionais-processuais, reconhecendo-se outros níveis de relações de poder” (SAQUET, 2007, p. 17).

Para Haesbaert (2004), o território “nasce” com uma dupla conotação: material e simbólica. Etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *térreo-terror* (terror, aterrorizar): relaciona-se a uma dominação (jurídico-política) da terra que inspira terror, medo e impedimento de entrar e, ao mesmo tempo, relaciona-se a uma identificação, a uma apropriação. O território, segundo o autor, em qualquer acepção, tem a ver com poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto a um sentido mais simbólico, de apropriação. A dominação implica a criação de territórios para fins utilitários e funcionais. A apropriação refere-se a uma dimensão não somente concreta, mas de ligações afetivas e simbólicas entre um grupo social e seu espaço.

A essa apropriação e dominação de um espaço dá-se o nome de territorialização, a qual tem por objetivos: abrigo físico, fontes de recursos materiais ou meios de produção; a identificação ou simbolização de grupos por meio de referências espaciais; a disciplinarização ou controle por meio do espaço, a construção e controle de conexões e redes. Nessa territorialização, há por parte de indivíduos e/ou dos grupos sociais a constituição da territorialidade. Para Haesbaert (2004), além de incorporar uma dimensão estritamente política, a territorialidade se refere, também, às relações econômicas e culturais, estando intimamente ligada ao modo pelo qual os grupos utilizam-se da terra, como organizam o espaço e dão significado ao lugar. Como o território “é uma relação social mediada e moldada na/ pela materialidade do espaço (...) minha classe social, meu gênero, minha língua (ou mesmo meu sotaque), minhas roupas (...), cada uma destas características joga um papel diferente na construção de minha territorialidade urbana” (HAESBAERT, 2004, p. 350).

Dessa forma, há uma vivência ao mesmo tempo de muitos territórios que, combinados, irão constituir a multiterritorialidade. Tais territórios se constituem como: a) territórios-zona – com áreas e limites bem demarcados – como, por exemplo, na casa onde moro; b) territórios-rede – espacialmente descontínuos, dinâmicos e mais suscetíveis a sobreposições – como, por exemplo, o percurso de ônibus que tenho de acessar para me deslocar entre zonas diferentes, da casa para a escola, da casa para o trabalho, do trabalho para a escola. Porém, o usufruto ou não dessa multiterritorialidade depende de questões de ordem cultural e identitária, mas, principalmente, de condições socioeconômicas e políticas, que definirão distintas territorialidades: “enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver (...) outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do ‘primeiro’ território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana” (HAESBAERT, 2004, p. 360).

2. TERRITÓRIO E DESASTRES: REPENSANDO A DESTERRITORIALIZAÇÃO

Todo o território constituído está sujeito a um processo de desterritorialização, ou seja, de negação da fixação de grupo social a uma base biofísica (HAESBAERT, 2004) – o que acarreta a descaracterização dos agentes dos lugares em que se situam, que assumem e que ocupam por meio de suas propriedades (BOURDIEU, 2001). Para Haesbaert (2004), cada momento histórico e cada contexto geográfico revelam sua própria forma de desterritorialização, quer dizer, sua própria relação de domínio e/ou apropriação do espaço, privilegiando determinadas dimensões do poder. Assim, a utilização desse conceito de desterritorialização deveria ser aplicada³

3. Haesbaert (2002b) considera que grande parte dos trabalhos acadêmicos tem focado a destruição de territórios, ou seja, a desterritorialização, sem elucidar a concepção de território que está embutida nesse processo. Segundo o autor, ao se reportar ao processo de desterritorialização, é preciso esclarecer que este se trata de uma imbricação entre duas dimensões – uma política, mais concreta, e outra cultural, de caráter mais simbólico – ou, ainda, de preponderância de uma delas, pois muitas vezes não são processos coincidentes.

a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados e, como tal, de fato impossibilitados de construir e exercer efetivo controle sobre seus territórios, seja no sentido de dominação político-econômica, seja no sentido de apropriação simbólico-cultural (HAESBAERT, 2004, p. 312).

Haesbaert (2002a) considera a existência de desterritorializações extremas também denominadas de *aglomerados de exclusão*. Estes compreendem os grupos marginalizados “no sentido de exclusão social de fato, o que significa a própria exclusão do circuito capitalista explorador, típica da desterritorialização que as redes das classes sociais hegemônicas promovem no espaço dos miseráveis” (HAESBAERT, 2002a, p.185). Para ele, “toda pobreza e, com mais razão ainda, toda exclusão social, é também, em algum nível, exclusão socioespacial e, por extensão, exclusão territorial” (HAESBAERT, 2004, p. 315).

Dessa forma, nas cidades brasileiras, essa lógica tem se replicado recorrentemente não somente em relação à dimensão do trabalho, do consumo ou da cidadania, mas também no que se refere ao próprio acesso à cidade que, como atenta Cardoso (2006), é mediado pelo acesso à terra. Acesso à terra este que foi desde o princípio negado a parcelas da população, já que o Brasil viveu nos últimos 70 anos um processo sócio-econômico-político de urbanização acelerado e marcado de desigualdades. Conforme Maricato (2000), foi a partir das primeiras décadas do século XX que o processo de urbanização da sociedade brasileira começa realmente a se consolidar, alavancado pela emergência do trabalhador livre, pela Proclamação da República e por uma indústria ainda incipiente, comprometida com as atividades ligadas à cafeicultura e às necessidades básicas do mercado interno. Além disso, ações e políticas higienistas marcaram o início da República e as tentativas do Estado de conter a proliferação de habitações insalubres.

Não houve, em compensação a essas ações, política de habitação que objetivasse sanar o déficit habitacional criado com a destruição de tais moradias insalubres (VIANA, 2008). Somente a partir da segunda metade do século XX é que o Brasil apresentou intenso processo de urbanização. Em 1940, a população urbana era de 26,3% do total; em 2000, ela era de 81,2%. A industrialização baseou-se em baixos salários, os operários não tiveram seus ganhos regulados pela necessidade de sua reprodução, e isto se associou ao grande contingente de trabalhadores que permaneceu na informalidade determinando, assim, muito do ambiente a ser construído, refletido nas desigualdades sócioespaciais existentes hoje.

Todo esse processo de crise cumulativa urbana (ULTRAMARI, 2006) somado ao aumento dos eventos extremos relacionados às chuvas tem gerado um acréscimo dos municípios com ocorrência de desastres. Embora a visibilidade desses desastres seja pontuada pela mídia no momento em que as chuvas ocorrem, principalmente nos municípios de grande porte, a análise dos dados de ocorrência de desastres no período 2003-2007 revela que, de um total de 1.428 municípios, mais de 80% são de até 50 mil habitantes (vide Tabela 1).

Tabela 1 Municípios com ocorrência de desastres relacionados às chuvas, Brasil, 2003-2007.

Número de habitantes	Total de municípios brasileiros afetados	Porcentagem (%) em relação ao total de municípios afetados
Até 50.000	1.210	84,7
De 50.001 a 100.000	114	8,0
De 100.001 a 500.000	91	6,4
Acima de 500.001	13	0,9
TOTAL	1.428	100

Fonte: Cerutti, 2008 (adaptado).

Tais municípios têm de lidar recorrentemente com famílias que perdem seus imóveis de uso domiciliar, por danificação e/ou destruição, e, conseqüentemente, têm a desintegração do espaço privado de convivência e alteração do seu *habitus*⁴. Como não encontram apoio da vizinhança, de amigos e de parentes para alojarem-se circunstancialmente em suas moradias, têm de ir para abrigos temporários organizados pelo Estado⁵. Assim, dissociadas da territorialidade conferida pelo par casa-família, são sujeitas a uma primeira desterritorialização, que é aquela que retira de si a possibilidade de nominação sobre o que é no mundo ao serem classificadas como *desabrigados* pela Defesa Civil.

Dessa forma, podemos considerar os desastres como processos em que está imbricada a desterritorialização. Se casas forem destruídas ou danificadas, haverá a desterritorialização de famílias por parte dos órgãos públicos como, por exemplo, forças policiais. Assim, *desabrigados* têm o par família-casa, como elementos de construção da realidade social, dissociado em razão da moradia estar destruída ou danificada ou em área considerada de risco. Torna-se inviabilizado, por questões ditas de “segurança”, o modo pelo qual as famílias reproduziam-se na casa, “no seu fazer algo”, “por ou com alguém”, “em algum lugar do lar”. Isto é, com a desterritorialização, as famílias precisam tentar recriar as práticas associadas ao mundo privado da casa num outro território forjado pelos órgãos públicos – os abrigos temporários – para a suposta segurança das mesmas (MARCHEZINI, 2009).

4. Segundo Bourdieu (2004, p.158), “o *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído”.

5. Para o Estado, o abrigo temporário é um *locus* provisório de atendimento das necessidades básicas dos *desabrigados*, devendo o gestor público ali atender a um conjunto de provisões que se referem à proteção física, a um local de repouso, à alimentação, ao vestuário, à medicação, dentre outros, até que uma solução duradoura de construção de novas moradias em áreas seguras seja adotada pelo ente público.

Dito de outro modo, o desabrigado perde o chão, o local da cidade que lhe é cabível, o qual, em geral, teve de ocupar e resistir durante um tempo para lhe ser-vir de direito, isto é, perde a dimensão política associada ao território. Mas também é desterritorializado do ponto de vista simbólico: perde a casa e a trajetória de luta que, em geral, envolve a sua construção; perde o passado, o presente e o futuro que o projeto familiar incorporou na casa e nos objetos que compõem o mundo privado. Está sujeito a perder o próprio exercício da família e os papéis a ela associados, tendo em vista que esta é uma construção social que se fundamenta a partir do mundo privado. Isto é, o abrigo temporário pode ser compreendido como um prolongamento do desastre (cf. SIENA, 2009). Esse prolongamento irá se engendrar a partir das múltiplas desterritorializações que o grupo sofrerá ao longo do tempo, à espera da reconstrução de suas moradias por parte do Estado. Trataremos desta lógica a partir de um estudo de caso do município de São Sebastião do Caí, RS.

3. DESTERRITORIALIZAÇÕES MÚLTIPLAS: REFLETINDO SOBRE O CASO DOS DESABRIGADOS DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ /RS

Ao longo do período 2006-2009, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres, da Universidade Federal de São Carlos (NEPED-UFSCar), realizou o projeto de pesquisa “*Representações sociais dos abrigos temporários no Brasil: uma análise sociológica de base qualitativa da ótica dos gestores públicos e dos abrigados em contexto de desastre relacionado às chuvas*”, aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). No âmbito de tal projeto, previa-se a realização de pesquisa de campo em abrigos temporários localizados nas cinco macrorregiões do país. No que se refere à região Sul, o município de São Sebastião do Caí/RS foi um dos selecionados para a pesquisa, realizada em setembro de 2008. Neste capítulo, abordaremos como esse caso é representativo de uma dinâmica urbana que tem se replicado em inúmeros municípios brasileiros, inclusive nos de pequeno porte.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ /RS

Com uma área de 114 km², o município de São Sebastião do Caí/RS está localizado no Vale do Rio Caí, entre a Grande Porto Alegre, o Vale do Sinos e a Serra Gaúcha. No ano de 1991, detinha 16.326 habitantes, dos quais 11.952 (73,2%) residiam na área urbana e 4.374 (26,8%) na área rural. Já no ano 2000, a população aumentou para 19.700, crescimento este verificado na área urbana, que passou a ter 15.957 (81% do total), enquanto a população na área rural caiu para 3.743 (19% do total). Assim, a taxa de urbanização entre 1991 e 2000 cresceu 10,64%, passando de 73,2% para 81% (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO/PNUD, 2000).

A esse crescimento da taxa de urbanização somam-se outras variáveis que permitem caracterizar a situação do município a partir dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH-M). No tocante ao IDH-M geral, em 1991 ele era de 0,740, apresentando melhora significativa em 2000, quando alterou-se para

0,843 (mais de 0,1). Entretanto, nota-se que, no mesmo período, o Índice de Gini passou de 0,53 (em 1991) para 0,56 (em 2000), ou seja, a desigualdade de renda cresceu no município (PNUD, 2000).

Suas principais atividades econômicas se concentram na agricultura, principalmente na produção de cítricos como bergamota, laranja e limão, mesmo setor a que se dedicam suas indústrias. Essas atividades comerciais, bem como todo o município, têm um histórico de prejuízos quando ocorrem chuvas na região. O rio Caí, que contorna grande parte da cidade, e seus afluentes estão sujeitos a oscilações bruscas em seus níveis na época de chuvas intensas.

Ao longo da história do município registraram-se os maiores níveis no ano de 1878 e em 2003, quando o rio atingiu marcas aproximadas de quinze metros acima de seu leito normal, conforme se pode observar no Gráfico 1. Isso demonstra que as cheias fazem parte da história do município e não são fenômenos recentes.

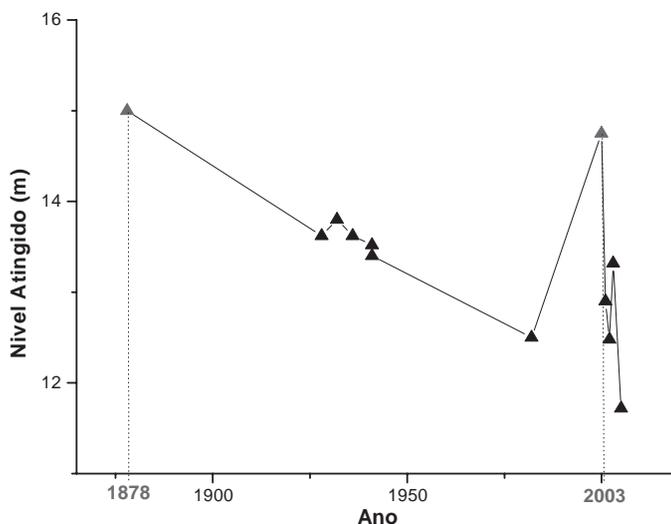


Gráfico 1 Maiores níveis registrados do rio Caí entre 1878 e 2005. *Fonte:* Dados oriundos do site da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Caí (<http://www.ssc.ai.famurs.com.br/geografia.htm>) e sistematizados por Siena, 2009.

Embora essas cheias sejam recorrentes ao longo da história do município, isso não significou a formulação e a implementação de ações que pudessem minimizar as vulnerabilidades existentes e, conseqüentemente, reduzir os danos sociais e os desastres. Segundo a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Rio Grande do Sul (2009), dos seis desastres reconhecidos no período 2003-2008, cinco se relacionam à ocorrência de chuvas (vide abaixo, Tabela 2). As referências ao número de pessoas atingidas em relação ao número total de habitantes (19.700 no ano 2000) demonstram que grande parte da cidade é impactada, principalmente, os bairros de Navegantes, Quilombo, Vila Rica e Rio Branco.

Tabela 2 Desastres reconhecidos pela Defesa Civil Estadual, de 2003 a 2008.

Data	Evento	Decreto	Pessoas atingidas	Bairros atingidos
20/02/2003	Enchente	S.E.	1022	Quilombo, Navegantes, Vila Rica e Rio Branco.
09/07/2003	Enchente	S.E.	1159	Quilombo, Navegantes, Vila Rica e Rio Branco.
08/03/2005	Estiagem	S.E.	21431	Agricultura
01/09/2005	Enchente	Não decretado	150	Margens do rio (Bairro Navegantes principalmente)
24/09/2007	Enchente	S.E.	14331	Quilombo, Navegantes, Vila Rica, Rio Branco, além da zona central da cidade.
10/09/2008	Vendaval	S.E.	Sem registro	Bairros Navegantes, Quilombo, Vila Rica, Vila Progresso, Angico, Chapadão, Loteamento Popular, Lot. São José, lot. Nova rio Branco, Zona Central e parte da Zona Rural.

(Fonte: Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Rio Grande do Sul, 2009).

Se anteriormente foi dito que, apesar da melhora no IDH-M (período de 1991-2000), a desigualdade de renda cresceu no município, essa piora se efetivou, sobretudo, nos bairros que também são recorrentemente afetados, tal como o Bairro Navegantes, situado às margens do rio Caí. Tal sobreposição de áreas pobres com áreas mais suscetíveis à ocorrência de enchentes, deslizamentos, etc., foram conceituadas por Torres et al. (2003) como *hiperperiferias*, ou seja, é onde os piores indicadores socioeconômicos coincidem com os riscos de enchentes.

Entretanto, a possibilidade de viver e se fixar nesses territórios tem sido negada pelas instituições públicas a partir de mecanismos de contestação sancionados pelo aval técnico e científico: são os chamados mapas de áreas de risco. Segundo Valencio (2008, p.2), nesse novo mecanismo tem destaque

a progressiva substituição da nomenclatura do lugar, que passa de “área carente” para “área de risco”. Essa nova nomenclatura tem por conteúdo uma definição territorial com o mesmo juízo de valor sobre os ali inseridos. Porém, são acrescentados componentes do ambiente natural na equação, como solos propensos à erosão, inundação, enchentes e afins para converter a ocupação em algo inadmissível.

Tal processo de desterritorialização ocorreu em São Sebastião do Caí, com a blindagem territorial (cf. VALENCIO, 2008) de parte do bairro Navegantes, que foi coberto com pedras para que os antigos moradores não voltassem a construir lá. Como alternativa aos desterritorializados, o município organizou abri-

gos temporários. Vejamos como os *desabrigados* são submetidos a desterritorializações múltiplas.

3.2 A PERDA DA MORADIA E A (SOBRE)VIVÊNCIA NOS ABRIGOS TEMPORÁRIOS

Em setembro de 2007, o município enfrentou um desastre relacionado às chuvas que culminou na decretação de Situação de Emergência: mais de quatrocentas pessoas “tiveram de ser levadas para o abrigo oferecido pela prefeitura nos ginásios esportivos do Parque Centenário” (KLEIN, 2007).

O Ginásio de Esportes do Parque Centenário encontra-se numa região privilegiada da cidade, próxima ao centro comercial, assistida por diversas linhas de ônibus e com fácil acesso ao centro da cidade. O parque é dotado de boa infraestrutura, que inclui dois ginásios de esporte, com quadras poliesportivas, banheiros, vestiários e bebedouros, estacionamento de bicicletas, playground infantil etc.

Em outubro desse mesmo ano, isto é, um mês após as enchentes, ainda havia abrigados nos ginásios esportivos do Parque Centenário. Como o local, tradicionalmente, recebia um grande evento de motocross, com festival de bandas, olimpíadas comerciais e shows de rock e reggae (cf. BAPTISTA, 2007) que entretinham os munícipes bem como atraíam turistas da região, a Prefeitura removeu novamente os abrigados: desta vez, estes foram retirados do Parque Centenário e deslocados para um galpão localizado num bairro distante do centro da cidade, o Bairro Rio Branco.

Para esse galpão, foram deslocadas 14 famílias. Muito afastado do centro da cidade (cerca de 20 minutos de carro, por uma auto-estrada), a infra-estrutura do local era precária, caracterizada por uma construção de madeira vulnerável a infiltrações e umidade e com pouca circulação de ar. A tentativa de territorialização de um mundo privado para reconstrução social do grupo familiar e das identidades a ele associadas era feita por meio de lonas e lençóis. As 14 famílias dividiram dois banheiros e apenas um chuveiro, por cerca de quatro meses. Relatos apontaram a dificuldade com as redes de esgoto que viviam entupidas, ocasionando problemas de saúde e higiene pessoal⁶:

“No outro (abrigo no bairro Rio Branco) a gente tinha dificuldade. Que daí eram catorze família, a gente só tinha dois banheiro, tinha um chuveiro só, tinha mais criança do que adulto, ali era difícil (...)” (V., desabrigada; Acervo NEPED, 2008).

“Os tanques a gente tinha que usar o mesmo pra lavar roupa, tinha que esperar uma lavar, porque era só duas torneiras... Uma lavava e a outra lavava, que nem, quem não tinha máquina, usava tanque, mas tinha um tanque que a água voava tudo dentro do barraco... Era tudo aberto. Os

6. Quando as famílias foram entrevistadas pelo NEPED/UFSCar, elas não mais se encontravam no abrigo temporário do bairro Rio Branco.

banheiros era tudo entupido, nós que desentupimos...” (R., desabrigada; Acervo NEPED, 2008).

Segundo os abrigados, a desterritorialização para esse abrigo foi muito problemática, não somente em razão das precárias infraestruturas ali existentes, mas também por conta de sua localização, muito distante dos bairros onde moravam e nos quais mantinham suas relações sociais, onde tinham suas vivências em territórios-zona e territórios-rede: o exercício das rotinas diárias, do ir e vir, da vivência em territórios-rede, como a ida ao trabalho, à escola, à creche, ao hospital, à casa de parentes, etc., foi prejudicado e, por vezes, teve de ser interrompido. Essa dificuldade resultava no adiamento da reconstrução de suas rotinas e da possibilidade de recuperação dos bens materiais e imateriais. Isto é, há uma multiplicidade de desterritorializações que se somam com o passar do tempo, à medida que o desastre é produzido, simbolicamente, pelos agentes sociais que detêm maior poder de enunciação sobre a construção da realidade como *superado*. Tais desterritorializações múltiplas se perfazem desde a perda do território mínimo do abrigo (exemplo de território-zona) e da possibilidade de sua apropriação simbólica até a perda paulatina do usufruto de outros territórios que permitem se reconhecer como constituinte da sociedade: a escola, a creche, o hospital, o local de trabalho.

“A escola ficava longe! Na época minha guria estudava lá embaixo, naquele coleginho (...), daí a gente reclamou (...) aí eles [prefeitura] botaram um ônibus pra carregar as crianças. Daí, quando a gente precisava ir no centro, no começo, o motorista do ônibus nos levava, depois já não tinha mais ônibus. Daí a gente tinha que vir a pé do Rio Branco [bairro onde se localizava o abrigo] no Caí [centro da cidade] e do Caí voltar a pé de novo... porque aí a gente não tinha condições de tá pagando a passagem. E eu, na época, tava trabalhando, e eu tive que pedir as conta do emprego porque aí ficava longe pra mim ir e voltar né...? Eu cuidava de idosos, de um casal, daí não tinha... eu pegava das 8h da manhã e largava as 20h da noite... daí eu não tinha como andar na faixa [rodovia] de noite, né? É muito perigoso! Daí praticamente eu perdi meu emprego, né... eu tive que pedir as conta, parei de trabalhar, meu marido trabalhava no mato, a gente ganhava pouco, né. Ganha pouco! A gente não tem condições de comprar outro lugar pra morar...” (V., desabrigada; Acervo NEPED, 2008).

“Naquele tempo eu trabalhava lá em Harmonia. (...) daí ficou difícil trabalhar, durante um tempo não pude ir, né? Não tinha como (...) aí, quando eu ia trabalhar eu passava a semana no serviço. Só vinha embora [para o abrigo] sexta-feira de noite. Eu ia segunda e voltava sexta de noite. Não tinha como. Acampava no galpão do patrão. Tinha o galpão dele. Levava roupa de cama lá, tudo e dormia. E a mulher e as crianças ficavam ali [no abrigo]” (P., desabrigado; Acervo NEPED, 2008).

A vivência dessas desterritorializações múltiplas se engendra sobretudo pelo abandono paulatino das ações assistenciais para provimento de direitos que

possibilitem assegurar, no mínimo, a sobrevivência, garantida por lei inclusive a pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências, tal como referenciado na Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004). No abrigo do Parque Centenário (centro da cidade), segundo relataram os abrigados, a prefeitura fornecia diariamente alimentos para que os próprios abrigados preparassem, isto é, cada família preparava sua refeição. A maioria das famílias havia conseguido trazer seus fogões e demais utensílios domésticos para o abrigo, o que permitia, de certo modo, recompor, sob bases precárias, o território da “cozinha”.

Com a nova desterritorialização, seguida da reterritorialização para o abrigo no bairro Rio Branco (distante da cidade), os desabrigados afirmaram que não recebiam mais nenhum tipo de suporte da prefeitura. Enquanto estavam no ginásio do Parque Centenário, “a prefeitura ajudava nós, deram rancho [cesta básica], deu roupa, deu colchão. Eles chamavam a gente por fila, daí pegava o documento da gente, tirava o nome da gente e pra cada família eles iam dando o que eles tinham que dá” (M., desabrigada; Acervo NEPED, 2008). Já no abrigo no bairro Rio Branco: “ali eles [agentes da prefeitura] não levavam nada. Ali [no abrigo Rio Branco] eles não levavam nada de comida... Nada! Ali eles largaram nós (...) atiraram sem nada. Só pegaram nós do Parque [Centenário] largaram lá [no abrigo Rio Branco] e lá a gente ficou abandonado” (V., desabrigada; Acervo NEPED, 2008).

3.3 DO ABRIGO AO AUXÍLIO-MORADIA

Passado um ano da perda de suas casas, as famílias ainda se encontravam na condição de desabrigadas, mas não mais nos abrigos temporários, e sim no auxílio-moradia⁷, pois segundo os representantes do poder local ainda estavam à procura de uma área – que atendessem a determinados padrões técnicos como, por exemplo, não estar situada em áreas sujeitas a enchentes e deslizamentos – para a reconstrução das casas.

Todavia, no caso dessas famílias, a adoção do auxílio-moradia pela prefeitura acabou criando novos problemas. Como os preços do aluguel se elevaram em razão da procura por casas em áreas não sujeitas a enchentes, o valor de R\$300 do referente auxílio não era suficiente para pagar o aluguel e as demais despesas, como contas de luz e de água – sem mencionar os gastos com alimentação, saúde etc. Conforme relata uma das desabrigadas acerca dos preços elevados das contas de água: “E eu não uso água pra esbanjar, eu não lavo calçada, uso o normal, pro dia a dia [se referindo às altas contas de água]. Eles [prefeitura] estão pagando só o aluguel e mais nada, nada, nada” (V., desabrigada; Acervo NEPED, 2008).

Como os desabrigados moravam anteriormente no bairro Navegantes – onde não havia regularização de cobrança de água e de luz e, muitas vezes, o próprio rio era sua fonte de água –, a nova vivência num ambiente privado, ao mesmo tempo em que permitia a reterritorialização do par casa-família, implicava o endividamento das famílias de modo repentino e novas desterritorializações. Isto é, a impossibilidade de arcar com as despesas de água e luz acabou por fazer com que algumas famílias abandonassem as casas alugadas com

o auxílio-moradia e procurassem outras em bairros periféricos em que não havia a regularização dessas cobranças.

Sendo assim, observa-se que não houve, por parte da gestão local, monitoramento do processo de reconstrução perante o desastre a fim de verificar se as famílias tinham condições de sustentar essa “nova casa alugada” com a renda que obtinham, uma vez que, como no caso de algumas desabrigadas, tiveram de abandonar seus empregos quando a prefeitura removeu-as para o abrigo no bairro Rio Branco, muito distante de seus locais de trabalho.

Deixados de lado nos processos decisórios sobre a reconstrução das casas, o desafio final dos abrigados é o de lidar com a ausência de informação dos gestores acerca das providências que estão sendo tomadas para a produção de novas moradias e com a incerteza acerca da renovação ou não, por parte da prefeitura, do contrato de auxílio-moradia: “Eles [prefeitura] fala que não tem casa, nem terreno e nem sabe se vai sair a renovação do contrato do auxílio [auxílio-moradia]” (V., desabrigada; Acervo NEPED, 2008).

Enfim, o auxílio-moradia é o reflexo de uma ineficiência na gestão dos abrigos. Foi uma alternativa, que também se mostrou falha, para o que não era mais viável. A situação pós-abrigo em São Sebastião do Caí era consequência de uma irresolução para o problema do desabrigo, demonstrando como o desastre se prolonga como diferença social, pois além de serem desabrigados agora eram devedores no mercado formal (SIENA, 2009).

Podemos assim compreender os desastres como processos em que estão imbricadas desterritorializações. Entretanto, os sujeitos vivenciam diferentes desterritorializações e reterritorializações conforme a posição que ocupam na estrutura social. No caso dos desabrigados de São Sebastião do Caí, podemos considerar que, longe de se constituir como um mito, a desterritorialização é um processo contínuo, invisibilizado e de múltiplas dimensões: a negação da territorialização pelo fato de a área onde ocupavam ser considerada “de risco”; a remoção do abrigo do Parque Centenário em razão do evento de motocross; o remanejamento para o abrigo no bairro Rio Branco; a incerta e temporária vivência no auxílio-moradia (vide abaixo, Figura 1).

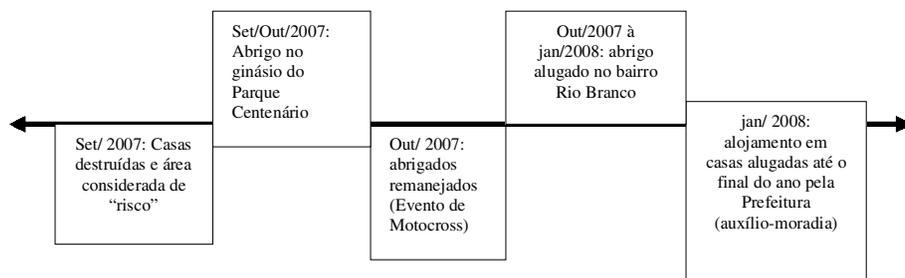


Figura 1 Linha do tempo – desterritorializações múltiplas vivenciadas pelo desabrigados de São Sebastião do Caí/RS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o grande dilema desse novo século parece ser o da “desigualdade entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de des-re-territorialização, especialmente aquela entre a minoria que tem pleno acesso e usufrui (...) [a] multiterritorialidade, e a massa ou os ‘aglomerados’ crescentes de pessoas que vivem na (...) reclusão socioespacial” (HAESBAERT, 2004, p. 372), dar visibilidade a esses processos é uma forma de desnaturalizar a compreensão dos desastres como fenômenos naturais. Se o debate da desterritorialização precisa incorporar a dinâmica da natureza e a questão ambiental, pois “afetam e afetarão cada vez mais nossa organização territorial”, o que implica considerar até mesmo “os eventos naturais mais imediatos, de amplitude temporal bastante reduzida, mas de efeitos muitas vezes igualmente intensos” (HAESBAERT, 2004, p.368-369), podemos dizer que tais eventos ocorrem de forma ameaçadora porque, de fato, a vulnerabilidade se perpetua em relação a três pontos: à pobreza, às territorialidades precárias e a uma ausência de interlocução consistente com o Estado, pontos estes que fazem parte de um processo sócio-histórico que precisa ser rompido (SIENA, 2009).

Por fim, dado o contingente expressivo e reiterado ano a ano de desabrigados – que revela tratar-se de uma questão estrutural à qual as políticas de prevenção a desastres, sobretudo as políticas urbanas, não estão respondendo a contento –, é preciso considerar que não estamos somente em tempos de asseveramento dos eventos extremos relacionados às Mudanças Climáticas, mas de replicação de desterritorializações múltiplas que, em meio à pobreza, tornam os abrigos formas permanentes de viver nos municípios brasileiros.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, G. Prefeito defende a volta da draga. **Jornal Fato Novo**, Vale do Caí, 5 out. 2007. Disponível em: <http://www.fatonovo.com.br/ler.php?id=766&ed_id=&imp=ok>. Acesso em: 12 set. 2008.
- BOURDIEU, P. **Meditações pascalinas**. Trad. Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. _____ . **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004.
- CARDOSO, A. L. Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 27-48, 2006.
- CERUTTI, D. F. Análise dos danos humanos decorrentes de desastres associados a chuvas, ventos, granizo e escorregamentos, no Brasil, 2003-2007. In: **Curso Internacional sobre Saúde, Desastres e Desenvolvimento**. Brasília, 2008.
- COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL. **Centro de Operações**. 2009. Disponível em: <http://www.defesacivil.rs.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2008.
- DOMBROWSKY, W. R. Again and again: is a disaster we call a “disaster”? In: QUARANTELLI, E. L. (Ed.). **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York, 1998. p.19-30.
- HAESBAERT, R. O binômio território-rede e seu significado político-cultural. In: **Territórios alternativos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Contexto/EdUFF, 2002a. p.117-127.

_____. Fim dos territórios, das regiões, dos lugares? In: **Territórios alternativos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Contexto/EdUFF, 2002b. p.129-142.

_____. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KLEIN, R. O Caí enfrenta a primeira grande enchente do século. **Jornal Fato Novo**, Vale do Caí, 25 set. 2007. Disponível em: <http://www.fatonovo.com.br/ler.php?id=745&ed_id=&imp=ok>. Acesso em: 12 set. 2008.

LIEBER, R. R.; ROMANO-LIEBER, N. S. Risco e precaução no desastre tecnológico. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 67-84, 2005.

MARCHEZINI, V. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. C. **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 48-57.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=pt&nr=iso>. Acesso em: 23 jul. 2008.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Fundação João Pinheiro; IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH-M)**. Brasília: PNUD, 2000.

QUARANTELLI, E.L. Introduction: the basic importance, and how question its address in this volume. In: _____. (Org). **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York, 1998. p.1-7.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SIENA, M. **A dimensão de gênero na análise sociológica de desastres: conflitos entre desabrigadas e gestoras de abrigos temporários**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

TORRES, H. G. et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100006&lng=en&nr=iso>. Acesso em: 9 mai. 2008.

ULTRAMARI, C. Vulnerabilidades, resiliências e crises cumulativas urbanas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 109-122, jan.-mar. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>.

VALENCIO, N. F. L. S. Da ‘área de risco’ ao abrigo temporário: uma análise sociológica dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32, 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2008. 28 p.

VALENCIO, N. F. L. S. et al. Implicações éticas e sociopolíticas das práticas de defesa civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 96-108, jan.-mar. 2006. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_07.pdf>.

VIANA, T. C. B. S. Moradia, mercadoria e representações: o olhar dos moradores da cidade. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32, 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2008.